

AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, ORFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXXXX / DF.

Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da carteira de identidade n. XXXXXXXX - SSP/DF, inscrita no CPF sob o n. XXXXXXXX, residente e domiciliada no endereço: XXXXXXXX - DF, CEP: XXXXXXXX, telefone: (XX) XXXXXXXX, vem por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXX, NÚCLEO DE XXXXXXXX**, nos termos da legislação vigente, requererem a abertura e processamento de

INVENTÁRIO

dos bens deixados por **Fulano de tal**, que, quando em vida, possuía a seguinte qualificação: CPF n. XXXXXXXX, residente e domiciliado no endereço: XXXXXXXXXXXX - DF, demais dados desconhecidos, falecido em XX/XX/XXXX, conforme certidão de óbito, lavrada no Xº Ofício de Registro Civil e Casamentos, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Brasília-DF, sob matrícula de n. XXXXXXXXXXXX, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

DOS FATOS

Fulano de tal faleceu em XX/XX/XXXX, conforme certidão de óbito, lavrada no Xº Ofício de Registro Civil e Casamentos, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de XXXXXX-DF, sob matrícula de n. XXXXXXXXXXXX.

O *de cujus* deixou duas filhas:

Fulano de tal, filha de Mãe de tal e Pai de tal, CPF n. XXXXXXXX, residente e domiciliada no endereço: XXXXXXXXXXXX-DF, CEP: XXXXX, demais dados desconhecidos;

Fulano de tal, filha de Mãe de tal e Pai de tal, residente e domiciliada no endereço: XXXXXXXXXXXX-DF, CEP: XXXXXX, demais dados conhecidos;

Segundo a Requerente, tem-se conhecimento de bens a inventariar. Ademais, o *de cujus* deixou dívidas em relação à Requerente, a qual consiste em **valores de aluguéis do imóvel localizado no endereço XXXXXXXXXXXX-DF, CEP n. XXXXX**, bem como em valores referentes a contas de água, luz e IPTU, os quais serão a seguir detalhados.

Estas dívidas se encontram em discussão na ação de cobrança n. XXXXXXXXXXXX junto ao Xº Juizado Especial Cível de XXXXXXXX-DF

Assim, sendo a Requerente credora do herdeiro, é parte legítima para instaurar o presente procedimento, consoante prevê o art. 616, inciso VI, do NCPC:

Art. 616. Têm, contudo, legitimidade concorrente:

I - o cônjuge ou companheiro supérstite;

II - o herdeiro;

III - o legatário;

IV - o testamenteiro;

V - o cessionário do herdeiro ou do legatário;

VI - o credor do herdeiro, do legatário ou do autor da herança;

VII - o Ministério Público, havendo herdeiros incapazes;

VIII - a Fazenda Pública, quando tiver interesse;

IX - o administrador judicial da falência do herdeiro, do legatário, do autor da herança ou do cônjuge ou companheiro supérstite.

Cabe ressaltar que a Requerente teve conhecimento de que foi dada entrada em procedimento extrajudicial de inventário no Cartório XX (de notas), localizado na XXXXXXXXXXXX-DF, CEP n. XXXXXXXX, fato este que, inclusive, foi informado na supracitada ação de cobrança, consoante consta no requerimento, em

anexo, tendo sido encaminhado ofício pela Defensoria Pública ao referido cartório, que em resposta informou ter sido suspenso o procedimento extrajudicial.

DOS BENS

A Requerente tem conhecimento da existência dos seguintes bens em nome do *de cujus*:

- a)** Um automóvel de marca: XXXX, modelo: XXXXXXXX, Placa: XXXXXX, ano: XXXX, Chassi n. XXXXXXXXXX, Renavam n. XXXXXXXXXX, avaliado em: R\$ XXXXXXXX, consoante tabela FIPE, em anexo, **cujo documento se encontra na posse das filhas do de cujus;**

DAS DÍVIDAS

Consoante ressaltado, o *de cujus* possuía dívidas com a Requerente consistente em valores de alugueis e contas de luz, água e IPTU, referentes ao imóvel localizado no endereço: XXXXXXXXXXX-DF, CEP n. XXXXXXXX. Tais dívidas totalizam a importância de R\$ XXXXXXXX.

Em relação aos valores dos alugueis em atraso, o *de cujus*, antes de falecer, havia se comprometido a pagá-los mediante XX notas promissórias no valor de R\$XXXXXX cada, as quais teriam vencimento no dia XX dos meses de XX de XXXXXX a XXX de XXXX, consoante documentos em anexo. Assim, as notas promissórias, somadas, consistiriam na importância de R\$ XXXXXXXX.

Quanto aos valores referentes às contas de água e luz em atraso, e IPTU não pago, se encontram os estes detalhados na seguinte tabela:

Dívida	Valor
IPTU - XXXX	R\$XXXX.
IPTU - XXXX	R\$XXXX.
IPTU - XXXX	R\$XXXX
Conta de Luz - XXXXXX/XXXX	R\$XXXX.
Conta de Luz - XXXXX/XXXX	R\$XXXX.
Conta de Luz - XXXX / XXXX	R\$XXXX
Conta de Luz - XXXX / XXXX	R\$XXXXX
Conta de Luz - XXXX / XXXX	R\$XXXXX

Conta de Luz - XXXX / XXXX	R\$XXXX
Conta de água - XXXX / XXXX	R\$XXXX
Conta de água - XXXX / XXXX	R\$XXXX
Conta de água - XXXX / XXXX	R\$XXXX
Conta de água - XXXX / XXXX	R\$XXXX
Conta de água - XXXX / XXXX	R\$XXXX.
Conta de água - XXXX / XXXX	R\$XXXX
Conta de água - XXXX / XXXX	R\$XXXX
Conta de água - XXXX / XXXX	R\$XXXXX
Alugueis atrasados constantes em notas promissórias	R\$XXXXXXXX
TOTAL	R\$XXXXXXXX

DO ESBOÇO DA PARTILHA

Com relação ao bem descrito no tópico anterior “DOS BENS”, **o Requerente requer que seja expedida Autorização para sua venda**, devendo o valor obtido com a alienação do bem ser utilizado para: **pagamento do total da dívida do de cujus com a Requerente, pagamento do Imposto de Transmissão e eventuais débitos tributários do de cujus.**

Desta forma, o saldo da venda do veículo, após efetuados os pagamentos supra será dividido na proporção de XX% para cada filha do *de cujus*.

DO INVENTARIANTE

A Requerente informou que, no momento, as filhas do *de cujus* se encontram na administração dos bens deixados.

Assim, requer a nomeação da Requerente inventariante dos bens do *de cujus*, prestando compromisso para o exercício do mister, de forma a acompanhar o feito até o final.

DA NECESSIDADE DE CONCESSÃO DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA

A tutela provisória de urgência é medida que se impõe quando se fazem presentes os pressupostos do art. 300 e ss do CPC. Pelo regramento processual, basta que o juiz faça uma sumária cognição para deferir a tutela de urgência.

No caso em tela, a probabilidade do direito encontra-se por demais evidenciada, na medida em que os documentos anexos comprovam que o *de cujus* era proprietário do veículo junto ao DETRAN.

O periculum in mora, do mesmo modo, está configurado na possibilidade de que as Requeridas promovam a venda do bem. Consoante consta em Boletim de Ocorrência, em anexo, a mãe do falecido, que vivia com o mesmo em vida, relata que foi dopada pelas netas, que levaram vários pertences do avô. Assim, havendo receio de que as Requeridas façam o mesmo com o supracitado veículo, vem a ser cabível a antecipação da tutela, garantindo-se que não haja dilapidação do patrimônio, a partir da busca e apreensão do bem.

DOS PEDIDOS

Ante ao exposto, requer:

- a)** sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;
- b)** seja nomeada inventariante a Requerente;
- c)** A **concessão da tutela provisória de urgência**, *inaudita altera pars*, para se determinar a expedição de mandado de busca e apreensão, com auxílio de força policial, com posterior entrega **a favor da Requerente** do veículo de marca: XXXXX, modelo: XXXXX, Placa: XXXXX, ano: XXXX / XXXX, Chassi n. XXXXXXXX, Renavam n. XXXXXXXX, o qual **ficará com depositário do bem até o julgamento final da lide**;

- d)** Caso este juízo não defira a medida de antecipação de tutela requerida no item retro, **requer em sede de medida cautelar, que seja determinado o Bloqueio para Circulação e emissão do CRLV do veículo** marca Honda Civic, acima discriminado, **tanto nos Sistemas do DETRAN-DF como do RENAJUD,** como medida apta a assegurar os direitos da Requerente;
- e)** seja a presente petição recebida como primeiras declarações, nos termos do art. 620, do CPC;
- f)** a intimação das filhas do falecido para se manifestarem acerca do presente processo de Inventário, **sendo ainda, determinado que as mesmas apresentem em juízo o documento do veículo do pai, objeto do presente inventário, nos termos do art. 396, do CPC;**
- g)** **que seja expedida Autorização para venda do veículo deixado pelo de cujus,** devendo o valor obtido com a alienação do bem ser utilizado para: **pagamento do total da dívida do de cujus com a Requerente, pagamento do Imposto de Transmissão e eventuais débitos tributários do de cujus.**
- h)** a **procedência** do presente pedido para, por sentença, julgar procedente o pedido deduzido pelos Requerentes e, por conseguinte, determine a partilha do patrimônio deixado pelo *de cujus*, na forma explicitada na presente inicial, sendo ainda;

Nestes termos pede deferimento

Valor da causa: R\$ XXXXX

XXXXXXXX-DF, 07/11/23 12:35:49

FULANO DE TAL

Requerente

FULANO DE TAL
Defensor Público